

ANC

J Tardes 20-04-87

46

O Palácio do Planalto está-se empenhando em definir o quanto antes o período de mandato do presidente Sarney.

Algumas decisões do presidente revelam como ele considera importante essa definição.

O próprio cancelamento da viagem programada para o mês de maio ao Exterior, comunicado pelo presidente ao deputado Ulysses Guimarães, não deixou de ser uma forma delicada de pressão para forçar o pronunciamento da Constituinte. Substituto de Sarney na Presidência da República, nos casos de impedimento, o presidente da Câmara é pessoa diretamente interessada. E Sarney não havia fixado apenas essa viagem, mas já tinha outra programada ao Exterior para o segundo semestre.

O presidente já sabe, graças à fidelidade do computador, que o dr. Hargreaves controla, no próprio Palácio do Planalto, com base nas informações mais detalhadas a respeito dos parlamentares, de seus pronunciamentos e opiniões, que, até o momento a maioria está sob controle

**Constituinte**



**O jogo do mandato**

**Freitas Nobre**

relativamente à fixação do seu período de governo.

E certo que o PMDB está dividido entre os que defendem as diretas-já, os quatro anos, os seis, e, mais recentemente, a proposta intermediária, encampada por Ulysses que é a de cinco anos.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, não conseguiu progresso na sua empreitada de obter essa fixação o mais rapidamente possível. O próprio deputado Ulysses Guimarães não vem encontrando trânsito fácil mesmo para a sua proposta de cinco anos que é uma espécie de solução menos dolorosa para quem, como ele, tinha esperança de um mandato de quatro.

No mesmo passo, vai-se fortalecendo o bloco de Sarney, ou seja, daqueles que se vão comprometendo com os seis anos para o atual mandatário.

O PFL, entretando, avança mais o sinal, procurando, na corrida que disputa com o PMDB, chegar antes ao sonho do presidente, para tornar-se declaradamente o partido mais fiel na sustentação do seu governo.

Antecipando-se aos demais, o PFL começou pelo Senado a colher assinaturas em um documento que se constitui num compromisso com o mandato de seis anos. Ao nos prestar essa informação, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) assegurou que o compromisso já está firmado por todos os senadores pefelistas. Detalhou, ainda, a circunstância de que mesmo os parlamentaristas como ele o subscreveram porque entendem como viável o reconhecimento desse mandato presidencial e o Ministério formado pelos parlamentares.

Agora, o senador Carlos Chierelli, líder do PFL no Senado, passa a agir junto à bancada da Câmara e, particularmente, junto ao líder pefelista naquela casa do Congresso, o deputado José Lourenço.

No PMDB, os que se comprometem com esse mandato de seis anos procuram apressar essa definição, mesmo através de um documento particular, tendo em vista que grande parte dos constituintes colocam como preliminar a definição do sistema político a ser adotado. E isso porque, se adotado o parlamentarismo, ou mantido o presidencialismo, variam as definições sobre o período do próprio mandato (do corrente e dos futuros), a possibilidade ou não de reeleição, o período em que a implantação do novo sistema seria possível etc.

Atribuir-se simplesmente à crise o cancelamento das viagens presidenciais é ignorar a trama subterrânea que se articulou visando definir o período de governo do presidente Sarney.

Os seus mais íntimos, o filho-

deputado, inclusive, são ostensivamente pelos seis anos. Nessa posição, são reforçados pelo apetite dos novos governadores que esperam aproveitar a data mais apropriada para os seus planos, como Orestes Quércia e Newton Cardoso.

Os amigos dos que têm interesse na disputa, ou os que estão umbilicalmente ligados a estes, continuam defendendo os quatro anos, como é o caso de Aureliano, Ulysses, Montero, etc.

Afinal, Ulysses, que é presidencialista, procura uma fórmula que permita ao presidente continuar com muitos poderes, cedendo pequena parcela deles ao Legislativo, sem que se abra campo para o parlamentarismo.

Nas bancadas de oposição, PDS, PT, PDT e PC do B, particularmente, a tese é a da ilegitimidade do governo e a necessidade de eleições diretas seis meses após a promulgação da Carta Constitucional.

São tantos e tão cruzados os interesses partidário e pessoais que a decisão do período do mandato não sairá log e, por isto mesmo, os íntimos do presidente Sarney têm que pressionar os parlamentares como estão fazendo, cozinhando interesses e mostrando dificuldades a fim de que, se por determinadas razões, a Constituinte não decide, logo firmam-se compromissos em número suficiente para a utilização oportuna.

Não sabemos se o presidente Sarney pode alimentar-se com a mesma boa fé, baseando-se nas assinaturas. Não seria a primeira vez que elas falhariam, sob uma desculpa ou um argumento de última hora...

ANC 88  
Pasta 16 a 23  
Abril/87  
064